
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº: 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 9.427/2025

INTERESSADO: Secretaria da Educação

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico e implantação de soluções integradas para o aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Técnica e preço

MODO DE DISPUTA: Fechado

FORMA DE REALIZAÇÃO: Presencial

REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA: Empreitada por preço global

DATA/HORA DE ENTREGA DO(S) ENVELOPE(S): até 09h00 do dia 16/01/2026

DATA/HORA DE ABERTURA DO(S) ENVELOPE(S): às 09h30 do dia 16/01/2026

LOCAL DA DISPUTA: Sala de Abertura de Procedimentos Licitatórios – Paço Municipal, Rua Antônio Carlos, nº 301, Centro, na cidade de Valinhos/SP. A sessão pública será gravada em áudio e vídeo, de acordo com a disponibilidade dos recursos tecnológicos da Prefeitura, a ser disponibilizado em mídia digital no processo licitatório.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e, naquilo que for compatível, a Instrução Normativa SEGES nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VALINHOS**, CNPJ: 45.787.678/0001-02, por intermédio da Secretaria de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na **modalidade Concorrência**, de acordo com o disposto neste edital.

Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preço;

Anexo III – Minuta do Termo de Contrato;

Anexo IV – Modelo de Termo de Ciência e de Notificação.

Todos os elementos deste edital serão divulgados em sítio eletrônico oficial do Município (<https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/secretarias/11/secretaria-de-licitacoes/>) na mesma data de sua divulgação, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A licitação será realizada presencialmente em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação responsável, mediante realização de sessão pública, no dia, horário e local estabelecidos neste edital.

2. OBJETO, PRAZO DE VIGÊNCIA E VALOR ESTIMADO

2.1. A presente licitação destina-se à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico e implantação de soluções integradas para o aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino de Valinhos-SP.

2.2. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração caso ainda se mostre vantajoso ao Município, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela PREFEITURA, após a assinatura do contrato.

2.3. O valor estimado desta contratação é de R\$ 1.479.049,24 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

3. FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame através da plataforma 1Doc – Protocolo Digital de Documentos, <https://valinhos.1doc.com.br/atendimento>, Assunto: Impugnação ou Esclarecimento de Edital, conforme o caso, devidamente endereçadas ao Agente de Contratação, as quais serão respondidas dentro do prazo legal.

3.1.1. Os arquivos encaminhados deverão estar em PDF do tipo “pesquisável” e assinados digitalmente pelo representante legal da empresa.

3.1.2. A petição será dirigida às autoridades subscritoras deste edital.

3.1.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial (<https://www.valinhos.sp.gov.br/portal/secretarias/11/secretaria-de-licitacoes/>) e disponibilizada no portal eletrônico www.gov.br/compras, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública de abertura do certame.

3.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

3.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília/DF**.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, e que atendam, comprovadamente, a todas as condições impostas por este edital e seus anexos.

5.2. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

5.2.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal (sob pena de incidir no crime previsto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal) e impedimento ou suspensão de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Valinhos;

5.2.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Valinhos ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.3. controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

5.2.4. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.5. pessoa jurídica com falência decretada;

5.2.6. pessoas jurídicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organizações Sociais – OS;

5.2.7. cooperativa de mão de obra, em atendimento à Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União – TCU e Deliberação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de 15/12/2022 no âmbito do SEI nº 0017044/2021-10.¹

5.3. O impedimento do subitem 5.2.1 deste edital alcança a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

5.4. As hipóteses de vedação à participação de que tratam os subitens 5.2 deste edital, quando constatadas em qualquer fase do certame, ensejarão a inabilitação da licitante.

5.5. Será permitida a participação de consórcio nesta licitação, composto por, no máximo, 02 (duas) empresas, e observados os requisitos que se seguem:

5.5.1. O consórcio deverá apresentar comprovação do compromisso de sua constituição, público ou particular, subscrito pelas empresas consorciadas no caso de instrumento particular, do qual deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes itens:

5.5.1.1. Denominação do consórcio;

5.5.1.2. Composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada empresa

¹ **Súmula nº 281 do TCU:** É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

Deliberação do TCESP de 15/12/22 – SEI nº 0017044/2021-10: Inexiste amparo legal para a participação de Cooperativas de Trabalho em procedimentos licitatórios voltados à contratação de serviços que, pela real natureza da relação a ser estabelecida, demandem subjacente vínculo de subordinação e dependência, bem como pessoalidade e habitualidade.

consorciada;

5.5.1.3. Atribuições técnico-operacionais de cada empresa integrante do consórcio;

5.5.1.4. Objetivo do consórcio;

5.5.1.5. Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Município, à qual deverá ser conferido poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os demais atos pertinentes ao certame, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

5.5.1.6. Vigência do compromisso de consórcio, que deverá se estender até o prazo de validade da proposta;

5.5.1.7. Declaração de responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio;

5.5.1.8. Declaração de compromissos e obrigações de cada uma das empresas consorciadas em relação ao objeto da licitação, em especial e expressamente de que:

5.5.1.8.1. O consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou de qualquer forma modificada sem a prévia anuência do Município de Valinhos.

5.5.2. A licitante vencedora fica obrigada a promover o registro do consórcio antes da assinatura do contrato, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação, bem como o arquivamento do instrumento de sua constituição.

5.5.2.1. A vigência do consórcio deverá coincidir com a do contrato.

5.5.3. Na hipótese do consórcio formado por empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil e empresas brasileiras, caberá a liderança à empresa brasileira.

5.6. Cada uma das empresas, individualmente ou em consórcio, só poderá participar do certame com uma única proposta. Verificando-se a apresentação de mais de uma proposta pela mesma empresa ou por consórcio de empresas, as proponentes envolvidas serão excluídas do certame.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. A Proposta Técnica, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação exigidos neste Edital deverão ser apresentados em envelopes timbrados, distintos, fechados e indevassáveis, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2025 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS/SP IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2025 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS/SP IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE
ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2025 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS/SP IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

6.2. Os envelopes nº 01 – Proposta Técnica e nº 02 – Proposta de Preços deverão ser entregues ao Agente de Contratação até às **9h00min, do dia 16/01/2026**. Os envelopes poderão ser entregues antecipadamente na Secretaria de Licitações, no endereço indicado no preâmbulo deste edital.

6.3. Declarada aberta a sessão pelo Agente de Contratação, não será aceita a participação de novos interessados que não haviam entregue seus envelopes nº 01 e 02.

6.4. A apresentação dos envelopes com endereçamento e identificação de forma diferente, não motivará a desclassificação da LICITANTE, desde que eventuais falhas sejam sanadas ou retificadas por seu representante credenciado, na presença do Agente de Contratação, equipe de apoio e demais licitantes.

6.5. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital será realizado em sessão pública, de forma presencial, o credenciamento dos representantes das licitantes.

7.2. Na abertura da sessão pública, o representante da LICITANTE deverá entregar ao Agente de Contratação, documento identificando-se e exibindo a cédula de identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

7.3. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

7.3.1. Instrumento público ou particular de procuração, onde conste expressamente os poderes outorgados ao representante da licitante, com prazo de validade em vigor, devidamente acompanhado de um dos seguintes documentos: para empresa individual: registro empresarial; para sociedade empresarial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados; e para empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.3.1.1. Optando a LICITANTE pela apresentação de instrumento particular de procuração sem reconhecimento de firma, deverá o representante da LICITANTE apresentar ao Agente de Contratação um documento de identidade do signatário da procuração para conferência da assinatura.

7.4. Sendo o representante sócio ou dirigente da LICITANTE, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo ato constitutivo (estatuto/contrato social) ou documento no qual estejam expressos os seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

7.5. O não comparecimento de representante até o início da abertura dos envelopes, desde que já tenham sido entregues os envelopes e os documentos acima relacionados, com exceção da procuração, não será motivo para a desclassificação ou inabilitação da LICITANTE.

7.5.1. Nesta hipótese estará caracterizada a situação de LICITANTE não credenciada, ficando impedida de se manifestar e responder pela LICITANTE durante a sessão da Concorrência.

7.5.2. Cada proponente poderá ser representado por apenas 01 (um) representante legal que, devidamente munido de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim por sua representada para todos os efeitos, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo documento de identidade.

8. DO PROCESSO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. O critério de julgamento da presente licitação será TÉCNICA E PREÇO, observadas as condições definidas neste edital.

8.2. Esta concorrência será julgada por Agente de Contratação, auxiliado pela Comissão avaliadora da Secretaria da Educação composta pelas seguintes servidoras: Ana Cláudia Victor Affonso da Costa Santos, Coordenadora Pedagógica, matrícula 26010, Gizele Regina da Silva Bevilacqua, Diretora do Departamento de Gestão Pedagógica de Educação Infantil e Anos Iniciais, matrícula 23413 e Luciana Maria Schiavinato Von Zuben, Diretora do Departamento de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Pedagógico Escolar, matrícula 66212, que, na data e horário designados, dará início aos trabalhos com o credenciamento, o recebimento e abertura dos Envelopes nº 01 e nº 02.

8.3. O Envelope nº 03 – Documentos de Habilitação será exigido apenas do licitante melhor classificado na pontuação final, conforme disposto no item 10.7 do Edital.

8.4. Após o credenciamento dos interessados, se houver, o procedimento seguinte a disponibilidade dos Envelopes nº 01 e nº 02 para que os presentes, Agente de Contratação e os membros da Comissão avaliadora possam conferir a sua inviolabilidade e lancem suas respectivas rubricas.

8.5. Será iniciada a Sessão com a abertura dos envelopes dos envelopes nº 01 – Proposta Técnica de todos os participantes, franqueando-se vistas e rubricas a todos os presentes.

8.5.1. Abertos os envelopes nº 01 - Proposta Técnica, o Agente de Contratação passará os trabalhos de análise da documentação técnica e apuração da pontuação à Comissão avaliadora designada pela Secretaria da Educação.

8.5.2. Da análise das propostas técnicas e dos documentos que a acompanham, a Comissão avaliadora irá efetuar a apuração da nota técnica de todas as propostas, de acordo com os critérios definidos no item 9.

8.6. Após a classificação das propostas técnicas, o julgamento do certame retornará ao Agente de Contratação e passar-se-á à abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços de todos os participantes, franqueando-se vistas e rubricas a todos os presentes.

8.6.1. Na fase de análise das propostas de preços não haverá etapa de lances, em razão do modo de disputa ser FECHADO, limitando-se à classificação de acordo com as propostas ofertadas.

8.7. Da análise das propostas de preços, o Agente de Contratação observará inicialmente o item 10.6 do edital e, irá efetuar a apuração da nota das propostas de preços classificadas.

8.8. Em seguida, o Agente de Contratação irá apurar a nota final, utilizando-se como base a fórmula prevista no item 10.7 deste Edital, para estabelecer a ordem de classificação das licitantes.

8.9. Após a divulgação da nota final, a licitante melhor classificada será convocada para a realização da Prova de Conceito mediante a Comissão avaliadora conforme disposto no item 11 do Edital.

8.10. A Comissão avaliadora emitirá parecer sobre a aprovação/reprovação referente à Prova de Conceito, e, após divulgação do resultado, o Agente de Contratação convocará a licitante melhor classificada para que apresente seu Envelope nº 03 – Documentos de Habilitação, concedendo-lhe prazo para entrega, e designará a data da sessão de abertura do mesmo.

8.11. Aberto o envelope nº 03 da licitante melhor classificada, o seu conteúdo será franqueado para vistas e rubricas de todos os presentes.

8.12. A análise e julgamento observará o item 12 deste Edital. Estando a documentação em conformidade com as exigências editalícias, a licitante será habilitada e, por conseguinte, declarada vencedora do certame.

8.13. Se, da análise, o Agente de Contratação identificar inconsistências documentais, poderá

realizar diligência para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos que não constavam inicialmente no invólucro, conforme previsto no artigo 64, incs. I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14. Se a licitante for inabilitada, o Agente de Contratação convocará a segunda colocada para realizar a Prova de Conceito e posterior entrega do envelope nº 03, e, assim, sucessivamente, se houver a inabilitação dessa.

8.15. Encerrado julgamento da licitação, os representantes presentes serão questionados durante a sessão sobre o interesse na interposição de recurso, que deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão. O interessado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da lavratura da ata de julgamento.

9. CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA TÉCNICA

9.1. A proposta técnica deve ser apresentada em língua portuguesa, impressa por qualquer meio eletrônico em 1 (uma) via, em papel timbrado da LICITANTE, ser datada e assinada por seu representante legal ou procurador, com poderes para o exercício da representação.

9.1.1. Recomenda-se que os documentos constantes sejam numerados sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato.

9.2. Abertos os envelopes nº 01 - Proposta Técnica, o Agente de Contratação passará os trabalhos de análise da documentação técnica e apuração da pontuação conforme critérios definidos no item 9.3 à Comissão avaliadora designada pela Secretaria da Educação.

9.3. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO, AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E REGRAS PARA O CÁLCULO DE NOTAS

CRITÉRIOS	NOTAS
9.3.1. Experiência da empresa	0 a 20
9.3.2. Proposta técnica: clareza, consistência e coerência do programa de trabalho	0 a 10
9.3.3. Proposta técnica: tecnologia utilizada no processamento dos resultados	0 a 10
9.3.4. Proposta técnica: plano de treinamento e suporte para a rede na utilização da tecnologia	0 a 10
9.3.5. Amostras de instrumento de avaliação	0 a 20
9.3.6. Amostra dos relatórios pedagógicos	0 a 20
9.3.7. Intervalo de tempo entre a aplicação da avaliação e a entrega do relatório	0 a 10
Pontuação máxima total	100

Para classificação, a licitante deverá atingir uma pontuação técnica mínima de 60 pontos e não poderá ter avaliação "0 ponto" em nenhum dos critérios.

9.3.1. CRITÉRIO: EXPERIÊNCIA DA EMPRESA

9.3.1.1. A LICITANTE deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove sua capacidade técnica, administrativa e logística de ter realizado projetos de Avaliações Educacionais

semelhantes ao presente objeto, comprovando minimamente:

- Experiência na elaboração e construção de avaliações, análise de resultados, elaboração de relatórios pedagógicos;
- Atestado de coordenação de aplicação de avaliação de larga escala;
- Correção de fluência leitora;
- Formação para professores, coordenadores pedagógicos e diretores;
- Implantação de plataforma de gestão de informações de avaliações e monitoramento de equidade educacional.

9.3.1.1.1. O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter:

- Local da prestação dos serviços;
- Descrição do objeto em compatibilidade com o objeto do edital;
- Quantidades alunos atendidos;
- Identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome e o cargo do signatário;
- Papel timbrado do órgão ou entidade emitente do referido Atestado;
- Apresentação em cópia autenticada ou cópia simples, desde que acompanhada de original.
- A comprovação pela empresa indicada da compatibilidade de objeto destacada, deverá ser considerada a experiência na elaboração e construção de avaliações, análise de resultados, elaboração de relatórios pedagógicos, formação de educadores, e implantação de plataforma de Gestão de Informações e Monitoramento da Equidade Educacional, em todos os anos atendidos pelo projeto, Ensino Fundamental, 1º ao 9º ano, e Educação Infantil, fases I e II.

9.3.1.2. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

9.3.1.2.1. Formação na área educacional com ampla atuação comprovada por ações com expertises na elaboração de itens, pautada em descritores e distratores de aprendizagem, envolvidas em projeto de avaliação de larga escala para sistemas de ensino municipais.

9.3.2. CRITÉRIO: CLAREZA, CONSISTÊNCIA E COERÊNCIA DO PROGRAMA DE TRABALHO

9.3.2.1 Consiste na afinidade entre a proposta apresentada e as necessidades da Secretaria da Educação que será avaliada mediante apresentação de programa detalhado, informando prazos e produtos a serem entregues.

9.3.3. CRITÉRIO: TECNOLOGIA

9.3.3.1. Consiste na comprovação de que a tecnologia utilizada garante agilidade e confiabilidade no processamento dos resultados.

9.3.4. CRITÉRIO: PLANO DE TREINAMENTO E SUPORTE

9.3.4.1. Consiste na comprovação da capacidade de promover treinamento e suporte para a rede municipal para a utilização dessa tecnologia.

9.3.5. CRITÉRIO: AMOSTRAS DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

9.3.5.1. Consiste na comprovação da qualidade técnica na elaboração dos itens, diagramação e formatação dos instrumentos de avaliação, apresentando exemplos de avaliações de larga escala, incluindo cadernos de alunos e manuais de aplicadores, considerando 2 (dois) exemplos para cada ano envolvido no projeto 1º ao 9º ano do ensino fundamental e educação infantil.



9.3.6. CRITÉRIO: AMOSTRA DOS RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS

9.3.6.1. Demonstrar os relatórios pedagógicos que atendam as solicitações desse objeto (pontuação conforme item 8.10).

9.4. CRITÉRIOS E ESCALA DE PONTOS (NOTA TÉCNICA)

Item	Critérios e escala de pontos			
a) Experiência da empresa: Atestado de capacidade técnica compatível com o objeto e respectiva quantidade de alunos atendidos	Não apresentou atestado de capacidade técnica compatível com o objeto do edital ou com quantidade inferior a *4.807 alunos atendidos em um período de 12 meses.	Apresentou atestado compatível com o objeto e comprova uma quantidade acima de *4.807 alunos atendidos em um período de 12 meses.	Apresentou 2 ou mais atestados compatíveis com o objeto e comprova uma quantidade acima de *4.807 alunos atendidos em cada atestado em um período de 12 meses.	
	0 ponto	10 pontos	20 pontos	
b) Proposta técnica: clareza, consistência e coerência do programa de trabalho detalhado, informando prazos e produtos a serem entregues	Não é completa e não demonstra coerência técnica, não apresentando programa de trabalho com prazos e produtos a serem entregues ou é muito inconsistente.	Demonstra coerência, mas não demonstra prazos e produtos relevantes a serem entregues ou a apresentação pode ser considerada insuficiente.	Apresenta elementos importantes, mas atende parcialmente com algumas lacunas relevantes quanto aos serviços previstos, prazos e produtos a serem entregues.	Atende plenamente e de forma coerente, apresentando programa detalhado para a realização dos serviços previstos, não deixando margem a dúvidas quanto aos prazos e produtos a serem entregues.
	0 ponto	3 pontos	7 pontos	10 pontos
c) Proposta técnica: tecnologia utilizada no processamento dos resultados	Não foi apresentada tecnologia e método específico para garantir agilidade e confiabilidade no processamento dos resultados.	A tecnologia apresentada é genérica, não garantindo agilidade e confiabilidade no processamento dos resultados.	Atende ao quesito agilidade (5 dias úteis) no processamento dos resultados, no entanto não apresentou método que garanta confiabilidade no processamento dos resultados.	Atende plenamente, com tecnologia que garante agilidade no processamento dos resultados e confiabilidade, incluindo rotinas de validações via software e humano.
	0 ponto	3 pontos	7 pontos	10 pontos
d) Proposta técnica: plano de treinamento e suporte para rede na utilização da tecnologia	Plano não é completo e não demonstra coerência técnica.	Demonstra coerência, mas a apresentação pode ser considerada insuficiente.	Apresenta elementos importantes, mas atende parcialmente deixando algumas lacunas relevantes.	Plano atende plenamente e de forma coerente não deixando margem a dúvidas,



				definindo todas as etapas referentes a treinamento e suporte da rede para utilização da tecnologia.
e) Amostras de instrumentos de avaliação do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, e educação infantil: qualidade técnica na elaboração dos itens, diagramação e formatação dos cadernos dos alunos e manuais dos aplicadores	Não apresenta trabalhos já realizados sobre o objeto do edital ou é muito inconsistente.	Não demonstra trabalhos já realizados sobre o objeto do edital ou a apresentação pode ser considerada insuficiente.	Apresenta elementos importantes, mas atende parcialmente deixando algumas lacunas relevantes quanto a apresentar exemplos de trabalhos já realizados sobre o objeto do edital.	Atende plenamente, apresentando trabalhos já realizados sobre o objeto deste edital e de forma coerente, não deixando margem a dúvidas.
	0 ponto	6 pontos	10 pontos	20 pontos
f) Amostra de Relatórios Pedagógicos impressos	Apresenta relatórios de baixa qualidade com pouca ou nenhuma informação solicitada no objeto.	Apresenta relatórios que atendem parcialmente as informações solicitadas no objeto.	Apresenta relatórios com todas as informações identificadas no termo de referência, no entanto com limitada qualidade de layout, design, gráfico, dificultando a interpretação das informações.	Apresenta relatórios pedagógicos que atendem a todas as informações solicitadas no objeto, com qualidade na apresentação das informações, considerando o design gráfico, facilidade de interpretação dos resultados e adequação aos diferentes públicos.
	0 ponto	6 pontos	10 pontos	20 pontos
g) Intervalo de tempo entre a aplicação da avaliação e a entrega do relatório.	0 – 5 dias	6 – 7 dias	8 – 10 dias	Acima de 10 dias
	10 pontos	5 pontos	3 pontos	Desclassificado

*Quantidade referente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de alunos a serem atendidos no projeto.

9.5. Após a avaliação e ponderação das propostas técnicas, o Agente de Contratação realizará a divulgação da pontuação das LICITANTES. A Comissão avaliadora informará ao Agente de Contratação sobre os casos de desclassificação bem como suas motivações.

10. CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO

10.1. A proposta deverá ser elaborada conforme modelo do Anexo II – Modelo de proposta deste Edital, em uma via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, devidamente preenchidas e identificadas, sem rasuras ou ressalvas, emendas, borrões ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, rubricada e assinada pelo representante legal da LICITANTE, ou pelo procurador identificado no credenciamento e ou no caso de um terceiro, devidamente acompanhado de procuração.

10.2. A apresentação da proposta implica automaticamente na aceitação pela empresa **LICITANTE**:

10.2.1. Das disposições contidas neste edital;

10.2.2. De que o prazo de validade da proposta de preços escrita e do lance na fase de disputa, será de 04 (quatro) meses, no mínimo, contados da data da abertura da sessão pública da Concorrência;

10.2.3. Prazo e forma da prestação do serviço; e,

10.2.4. Do prazo de pagamento.

10.3. É permitida a transcrição do modelo de proposta de preços e respectivos anexos para preenchimento em formulário próprio da LICITANTE, devendo, contudo, serem mantidos todos os termos e quantidades constantes dos referidos modelos, sob pena de desclassificação da proposta, a critério do Agente de Contratação, em função da relevância do fato.

10.4. No caso de erro aritmético configurado na proposta escrita, o Agente de Contratação efetuará a devida correção, valendo, para fins de seleção e classificação, o valor correto.

10.5. Adverte-se que a simples apresentação da proposta de preços será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação da LICITANTE nesta Concorrência.

10.6. DA PONTUAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.6.1 Após divulgação da pontuação da nota técnica e análise das propostas de preço apresentadas, o Agente de Contratação verificará a pontuação através da seguinte fórmula:

$$\text{NPP} = \text{MPVO}/\text{P} \times 100$$

Sendo:

NPP = Nota da Proposta de Preços

MPVO= Menor Preço Válido Ofertado

P= Valor da Proposta em exame

10.6.2 O arredondamento será feito até a quarta casa decimal após a vírgula. A nota de preços dos serviços totalizará no máximo 100 (cem) pontos.

10.7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

10.7.1 O Agente de Contratação determinará a NOTA FINAL (NF) de cada LICITANTE, mediante a combinação das notas de Proposta Técnica (NPT) e de Preço (NPP), através da utilização dos pesos de 70% para a NPT e 30% para NPP, utilizando a seguinte fórmula:

$$NF = (NPT \times 70\%) + (NPP \times 30\%)$$

Sendo: NF = Valor da Nota Final da Proposta;

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preços

10.7.2 Obtida a classificação final, o Agente de Contratação proferirá o julgamento final, declarando qual licitante obteve a melhor pontuação final.

10.7.3 Em caso de empate, será observado o disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

10.7.4. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas:

10.7.4.1. que contiverem vícios insanáveis;

10.7.4.2. que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste edital;

10.7.4.3. que permanecerem acima do valor global estimado para a contratação;

10.7.4.4. que apresentarem preços inexequíveis;

10.7.4.5. que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;

10.7.4.6. que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável;

10.7.4.7. das licitantes que não responderem aos saneamentos e/ou diligências, quando solicitados, dentro do prazo estabelecido;

10.7.4.8. que forem omissos ou vagos bem como os que apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

10.7.5. A Prefeitura poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada.

10.7.6. O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11. PROVA DE CONCEITO

11.1 Após a divulgação da classificação final, a licitante que obtiver a melhor pontuação deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da classificação final, sob pena de desclassificação, demonstrar os itens essenciais da solução integrada descritos abaixo (dados quantitativos e qualitativos), inclusive demonstrar que a solução em Sistema de Gestão de Informações e de Monitoramento da Equidade Educacional proposta atende aos requisitos técnicos do edital mediante a apresentação das seguintes características e/ou funcionalidades:

PROVA DE CONCEITO			
Solução em Sistema de Gestão de Informações e Monitoramento da Equidade Educacional			
A) AMBIENTE WEB			
ITEM		ATENDE	NÃO ATENDE
01	Possui interface amigável e navegação intuitiva via navegador de mercado (Google Chrome e Mozilla Firefox)		
02	As funcionalidades são acessíveis pelos gestores e pelo usuário, permitindo o controle e realização de suas tarefas		



B) SEGURANÇA DE ACESSO

03	Possui diferentes usuários, com diferentes perfis (ex.: secretaria, supervisor, diretor escolar, coordenador pedagógico e professor), com acessos seletivos as informações, através de senhas		
04	Permite a criação de novos perfis de acesso à ferramenta, bem como a modificação daqueles já existentes		

C) CADASTROS

05	Os cadastros das escolas, contemplam o nome da escola, região, diretor, quantidade de alunos matriculados, endereço (logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade e estado), relação dos profissionais vinculados a instituição (diretores, coordenadores e professores)		
06	Tais cadastros podem ser facilmente alterados		
07	Os cadastros dos gestores da rede (secretário de educação e equipe técnica da secretaria), supervisores, diretores escolares e coordenadores pedagógicos, contemplam o nome, foto, e-mail e endereço (logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade e estado)		
08	Tais cadastros podem ser facilmente alterados		
09	Os cadastrados dos professores da rede, contemplam o nome, foto, e-mail, escola, componentes ministrados, avaliações aplicadas, turmas relacionadas e endereço (logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade e estado)		
10	Tais cadastros podem ser facilmente alterados		
11	Os cadastros dos alunos da rede contemplam o nome, foto, e-mail, matrícula, número de chamada, informação de portador de necessidades especiais, escola e endereço (logradouro, número, complemento, bairro, CEP, cidade e estado)		
12	Os cadastros dos alunos da rede contemplam os dados e informações relacionadas a situação socioeconômica e racial dos alunos, com vistas a Equidade Educacional		
13	Tais cadastros podem ser facilmente alterados		
14	Possui interface de gerenciamento de listagem dos alunos com necessidades especiais, importação de base de alunos, remoção de cadastro e consultas com definição de critérios como escola, ano e turma		
15	Os cadastros das avaliações da rede contemplam o nome, datas iniciais e finais (incluindo a definição de horários) de realização da avaliação, datas iniciais e finais (incluindo a definição de horários) de lançamento de resultados, quantidade de alunos avaliados, qualificação de conteúdos avaliados, qualificação de habilidades avaliadas, cadastro e qualificação de itens, incluindo a possibilidade de inserção de vídeo, imagens e textos nos enunciados e resolução dos itens.		
16	Os cadastros dos itens das avaliações da rede contemplam identificador, disciplina, nível de dificuldade, tipo de item, conteúdo, opção de anulação de questão, modelo de avaliação, ordem do item, seleção de habilidades, enunciado, número de proposições,		



	proposições e resolução/comentário.		
17	Os cadastros das inscrições dos alunos avaliados contemplam o nome, matrícula, turma, modelo de avaliação, itens e respectivas respostas por fase da avaliação.		
D) RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS			
18	Possui o fácil acesso aos relatórios para o perfil de Secretaria da Educação, contemplando TODAS as informações identificados no edital, estratificando por escolas, anos, turmas e alunos		
19	Possui o fácil acesso aos relatórios para o perfil de Escola (direção e coordenação pedagógica), contemplando TODAS as informações identificados no edital, estratificando por anos, turmas e alunos		
20	Possui o fácil acesso aos relatórios para o perfil de Professor, contemplando TODAS as informações identificados no edital, estratificando por turma(s) e alunos		
21	Possui fácil acesso aos relatórios relacionados com o Monitoramento da Equidade Educacional, por turmas, escolas, rede e individualizada por aluno		
22	Permite a funcionalidade de exportação de relatórios em formato PDF		
23	Permite a navegação entre os diferentes relatórios, inclusive com a personalização de dados visualizados		
24	Permite a inserção de anotações individuais relacionando perfil de usuário e relatório comentado		
E) FUNCIONALIDADES			
25	Possui a funcionalidade de monitoramento on-line para acompanhamento em tempo real da evolução do lançamento dos resultados pelas escolas, identificando a porcentagem de evolução de cada turma e respectiva escola em cada avaliação		
26	Possui a funcionalidade de monitoramento on-line para acompanhamento em tempo real do acesso da plataforma pelos diferentes usuários, identificando o perfil de usuário, quantidade de acesso, registro de data e horário de acesso		
27	Possui a funcionalidade de inserção de vídeos, imagens e textos para compartilhar com os usuários os comentários referentes a cada item das avaliações		
28	Possui a funcionalidade de comunicação via mensagem interna na plataforma e/ou direcionamento para e-mail, possibilitando a SME o contato direto com todos os usuários cadastrados		
29	Possui a funcionalidade de lançamento on-line do rendimento dos alunos a ser realizado pelos professores, incluindo vínculo de turma, escolha de turma, inclusão e exclusão de alunos na turma, inclusão de respostas e/ou rendimento nos itens avaliados		
30	Possui a funcionalidade de correção automática de lançamentos realizados pelos professores em questões discursivas		
31	Possui a funcionalidade de geração das folhas de respostas personalizadas com identificação de cada aluno: nome, RA, escola,		

	ano, série, turma e geração de código QR para rastreabilidade		
32	Possui a funcionalidade de geração de todos os relatórios do sistema em arquivo único (ex: junção de todos os relatórios dos professores), formato PDF, com opção de personalização de escolha de relatórios e respectiva ordenação		
33	Possui a funcionalidade de disponibilização de troca de arquivos dentro da plataforma, sendo totalmente gerenciável o perfil de acesso e respectivos documentos disponibilizados para download		

11.2 A Licitante deverá atender 80% (oitenta por cento) dos itens descritos na Prova de Conceito, sob pena de desclassificação.

12. CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 03 – HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório ou junto à serventia da Secretaria de Licitações ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou expedido via internet, ou ainda, via declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, na forma da lei;

12.2. No caso de autenticação de cópia de documento junto a serventia da Secretaria de Licitações, deverá ser apresentado o documento original para conferência;

12.2.1. Para o caso de apresentação de documentos extraídos via internet, inclusive para o caso de aposição de assinaturas geradas em ambiente digital/eletrônico, deve o licitante disponibilizar o meio necessário para a verificação do documento/arquivo, seja com indicação (no próprio documento impresso) do site a ser acessado e o Código para verificação de sua autenticidade, seja com apresentação de “pen-drive” ou meio análogo ao Agente de Contratação no momento da sessão presencial contendo o(s) arquivo(s) para análise de sua veracidade.

12.2.2. O Agente de Contratação não se responsabilizará por eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação;

12.2.3. Na hipótese de ocorrer a referida indisponibilidade, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

12.3. A licitante deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual pretende firmar o contrato. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, como a prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

12.4. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a data fixada para apresentação da proposta, exceto em relação aos subitens 12.2.1 e 12.2.2.

12.5. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

12.5.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a Certidão em que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou

cuja exigibilidade esteja suspensa, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, por moratória, ou pelo depósito de seu montante integral, ou pelas reclamações e pelos recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou pela concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial, ou pelo parcelamento.

12.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou,

12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas escritas;

12.6.3. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

12.6.4. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o Agente de Contratação poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo;

12.7. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

12.8. O Agente de Contratação poderá, sob o amparo do que estabelece o art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, exigir que a licitante apresente Nota Fiscal comprobatória do fornecimento indicado em atestados de qualificação técnica por ela apresentados. A falta de comprovação sujeita o responsável às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório.

12.9. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), participando do certame nesta condição, deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

12.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para regularização dos documentos;

12.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

12.11. Constituem motivos para **INABILITAÇÃO** da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 11.6.3:

12.11.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

12.11.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

12.11.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

12.11.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

12.11.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

12.11.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

12.11.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

12.12. Na hipótese de sobrevir fato impeditivo da habilitação, obriga-se a empresa LICITANTE a declará-la, sob pena de sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital;

12.13. Todos os documentos mencionados nos itens 12.1, 12.2, 12.3, bem como aqueles mencionados em seus respectivos subitens, deverão ser colocados dentro do Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação.

12.14. Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade da licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ela limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, nos seguintes termos:

12.14.1. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, conforme indicado em edital;

12.14.2. Para Empresa Individual: Registro Comercial;

12.14.3. Para Sociedades Empresárias em geral: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação;

12.14.4. Para Sociedade empresária do tipo S/A: Ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação;

12.14.5. Para Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício. Se as alterações tiverem sido consolidadas em um só documento, devidamente registrado, bastará a apresentação do ato constitutivo consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas, devendo ser apresentadas eventuais alterações posteriores à consolidação;

12.14.6. Para Sociedades Empresárias Estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.14.7. Para Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), participando do certame nesta condição e usufruindo do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações: ato constitutivo a ser apresentado nos termos dos subitens precedentes, acompanhado de um dos seguintes documentos ou qualquer outra forma admitida pelo ordenamento jurídico vigente que possibilite a comprovação do enquadramento das licitantes como ME ou EPP:

12.14.7.1. Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerçam atividade comercial;

12.14.7.2. Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área que não a comercial.

12.14.7.3. Não farão jus ao tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, as ME e EPP:

- enquadradas nas hipóteses previstas no art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- cuja receita bruta anual do ano-calendário anterior tenha excedido o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP), e/ou
- cuja receita bruta do ano-calendário da licitação tenha excedido em 20% ou mais o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP);
- para os itens da licitação cujo valor estimado seja superior ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP).

12.14.8. As licitantes que se utilizarem indevidamente de qualquer benefício da Lei Complementar nº 123/2006, estarão sujeitas à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

12.15. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.15.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Economia ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

12.15.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal;

12.15.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e para com a Seguridade Social – INSS, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

12.15.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão Negativa expedida pelo órgão competente.

12.15.4.1. O documento hábil para comprovação da regularidade para com a Fazenda Estadual, quando a licitante for Contribuinte do Estado de São Paulo, é a Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa.

12.15.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos referentes a Tributos Mobiliários), expedida pelo órgão competente;

12.15.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

12.15.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

12.15.8. Declaração, assinada por representante legal da licitante, de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

12.15.9. Declaração, assinada por representante legal da licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

12.15.10. Os documentos referidos nos subitens **12.15.1** a **12.15.9** poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade da licitante, inclusive por meio eletrônico.

12.16. Habilitação Econômico-Financeira

De forma a demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações, as licitantes deverão apresentar:

12.16.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica;

12.16.2. Será admitida a participação de licitante em recuperação judicial², desde que acompanhada de seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste edital.

12.16.2.1. A PREFEITURA poderá requisitar diligências para que sejam trazidas e atualizadas informações do Poder Judiciário quanto ao cumprimento do plano de recuperação judicial deferido.

12.16.2.2. No ato da assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá comprovar adicionalmente:

- **para o caso de empresas em recuperação judicial:** cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a adjudicatária está cumprindo o plano de recuperação judicial;

- **para o caso de empresas em recuperação extrajudicial:** comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

13. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A análise e o processamento do recurso administrativo seguirão o rito previsto nos §§ 2º a 5º do artigo 165, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Os recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida mediante solicitação pela plataforma 1Doc – Protocolo Digital de Documentos, junto ao site <https://valinhos.1doc.com.br/atendimento>, ou do Protocolo Geral da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do dia subsequente ao da publicação nos meios oficiais.

13.3. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.4. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, mediante solicitação pela plataforma 1Doc – Protocolo Digital de Documentos, junto ao site

² **Súmula 50 TCESP:** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

<https://valinhos.1doc.com.br/atendimento>, ou do Protocolo Geral da Prefeitura, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado da data da intimação do referido ato.

13.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.6. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

13.7. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

13.8. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o(a) Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório à autoridade superior, que poderá:

13.8.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

13.8.2. revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

13.8.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou

13.8.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.9. A homologação desta licitação não obriga a Administração à contratação do objeto licitado.

13.10. A adjudicação do objeto à LICITANTE vencedora e a homologação da licitação poderão ser consultados no site da PREFEITURA (www.valinhos.sp.gov.br).

14. CONTRATAÇÃO

14.1. A Secretaria de Licitações enviará, para assinatura da adjudicatária, o Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, cujas minutas encontram-se em anexo ao presente edital.

14.1.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, para assinar o Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito do município de Valinhos por até 03 (três) anos e da perda da garantia de proposta (se houver). Juntamente com o termo de ciência e de notificação assinado, a adjudicatária deverá enviar a Declaração de Atualização Cadastral emitida pelo Sistema de Cadastro Corporativo – CadTCESP, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

14.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2. No ato da assinatura do Termo de Contrato, a adjudicatária se obriga a apresentar os seguintes documentos:

14.2.1. Comprovante do recolhimento da garantia de adimplemento contratual nos termos do item 15;

14.2.2. Termo de Ciência e de Notificação, cujo modelo constitui o Anexo VI.

14.3. A não apresentação dos documentos solicitados impedirá a assinatura do Termo de Contrato, implicando a aplicação de penalidades cabíveis estabelecidas no subitem 18.1 deste edital.

14.4. Quando a adjudicatária convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a retirar ou aceitar a Nota de Empenho, é facultado ao Município:

14.4.1. revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no subitem 18.1;

14.4.2. convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, constatada a regularidade de sua habilitação e procedida nova homologação, assinar o Termo de Contrato, nas condições ofertadas pela **LICITANTE VENCEDORA**; ou

14.4.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.3.2, observados o valor máximo estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital:

14.4.3.1. convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;

14.4.3.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5 Constituem motivos para a extinção do contrato as situações referidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.5.1. Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao Município os direitos elencados no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

15.1. A **CONTRATADA** prestará garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor equivalente a 3% (três por cento) do valor do contrato.

15.1.1. Será exigida garantia adicional da **CONTRATADA** cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor global estimado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

15.2. Caberá à **CONTRATADA** optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

15.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

15.2.2. seguro-garantia, cujo prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

15.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, com prazo igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal, e da qual deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil; ou

15.2.4. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

15.3. As garantias serão prestadas como condição para assinatura do instrumento de contrato.

15.3.1. Caso a opção seja pela modalidade seguro-garantia, a adjudicatária terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da notificação para a assinatura do contrato, para prestação da garantia e assinatura do Termo de Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, em substituição ao prazo definido no subitem 15.1.1 deste edital.

16. RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

16.1. No recebimento e aceitação do objeto desta licitação serão observadas as condições previstas em edital e no Anexo I, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.



16.2. O objeto do contrato será recebido:

16.2.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

16.2.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

17. PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. A LICITANTE vencedora emitirá a Nota Fiscal referente aos serviços efetivamente executados no último dia de cada mês.

17.1.1. O envio da Nota Fiscal será efetuado através do link: <https://valinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=14727> e redirecionado para a Secretaria da Educação.

17.2. Verificada qualquer irregularidade na emissão da Nota Fiscal, a Secretaria da Educação fará sua devolução ou solicitará Carta de Correção, ficando o prazo de pagamento prorrogado proporcionalmente a sua regularização, sem qualquer custo adicional à **PREFEITURA**.

17.3. Deverão estar contidos nos preços: tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos sociais e trabalhistas, despesas de transporte, locomoção, fretes, seguro, pedágio e demais despesas necessárias.

17.4. A Secretaria da Fazenda da **PREFEITURA** efetuará o pagamento à LICITANTE vencedora no quinto dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, contados da data de recebimento da Nota Fiscal, desde que devidamente atestada pela Secretaria da Educação e emitida regularmente nos termos do item 17.1.

17.5. Em ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, aplicar-se-á o índice do IPCA/IBGE, "por rata die", a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

17.5.1. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à **CONTRATADA**, esta fará jus a juros moratórios de 0,1667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ano.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Serão aplicadas à licitante responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

18.1.1. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

18.1.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.1.5. fraudar a licitação;

18.1.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



18.1.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 Lei Anticorrupção, especialmente o inciso V, no tocante a licitações:

- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d)** fraudar licitação pública;
- e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública;
- f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g)** manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

18.1.2. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Valinhos, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

18.1.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.2.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

18.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

18.1.3.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.3.2. fraudar a licitação;

18.1.3.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a licitações:

- a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d)** fraudar licitação pública;
- e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública;
- f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g)** manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

18.1.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.1.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.1.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.1.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.1.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.1.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.4. É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

18.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

18.4.2. pagamento da multa;

18.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

18.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

18.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem 18.4.

18.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da licitante, adicionalmente ao subitem 18.4, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.7. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

18.8. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.8.1. O recurso de que trata o subitem 18.8 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.9. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

19.1 A PREFEITURA, por meio da Secretaria da Educação, efetuará a fiscalização e a gestão da execução, solicitando à **LICITANTE VENCEDORA**, sempre que julgar conveniente, informações

do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar a **PREFEITURA** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final do fornecimento.

19.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

19.2.1. A fiscalização se encontra no direito de aprovar ou solicitar que o serviço seja feito em qualquer parte da execução, sendo que caso haja irregularidades, a **CONTRATADA** ficará obrigada a proceder por sua conta e nos prazos estipulados, a adequação dos serviços.

19.3. A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **PREFEITURA**.

20. SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

20.1. Não será permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto ora licitado.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas a serem realizadas derivadas desta licitação serão suportadas pelas dotações orçamentárias classificadas sob nº 3.3.90.39.00 – Outros servs. terc. - Pessoa Jurídica/12.361.0304.2.247 – Atendimento ao ensino fundamental; 3.3.90.39.00 – Outros servs. terc. - Pessoa Jurídica/12.366.0304.2.249 – Atendimento à educação de jovens e adultos – EJA.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. No processo licitatório, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou assinatura eletrônica avançada do tipo GOV.BR, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.063/2020.

22.2. Fica assegurado a **PREFEITURA**, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por motivo de conveniência e oportunidade, razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou proceder à sua anulação, de ofício ou por provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

22.2.1. Nos casos de anulação e revogação da licitação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

22.3. As licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Agente de Contratação comunicará a nova data da sessão de disputa através do sistema "Compras" (www.gov.br/compras).

22.5. No interesse da **PREFEITURA**, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, esta licitação poderá ter a sua abertura adiada ou o edital alterado.

22.6. Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

22.6.1. Considera-se dia do começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet ou, a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios;

22.6.2. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

22.7. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

22.8. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste edital.

Valinhos, 11 de novembro de 2025.

RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA
Secretário de Licitações

ANDRÉ LEAL AMARAL
Secretário da Educação

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Item	Código	Descrição	Quantidade
01	9290	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico e implantação de soluções integradas para o aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino	12 meses

OBS: No caso de divergência entre a descrição deste Anexo e a do Sistema "Compras", prevalecerá a disposta neste Anexo.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação encontra-se fundamentada em diversas normas legais e diretrizes educacionais, entre as quais o artigo 9º, inciso VI, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, em seu artigo 33, bem como a Meta 7, estratégia 7.9, do Plano Nacional de Educação. Tais dispositivos orientam a implementação de sistemas próprios de avaliação e o uso pedagógico dos resultados, com vistas à melhoria da aprendizagem, da equidade e da qualidade do ensino, bem como pela aplicação dos seguintes dispositivos da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO

Os requisitos da contratação abrangem os seguintes critérios:

3.1 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E IMPRESSÃO

Análise da proposta pedagógica e currículo da Rede Municipal de Ensino, para direcionamento da elaboração dos instrumentos da Avaliação Interna da Rede Municipal de Educação, envolvendo aproximadamente 7.900 alunos do Ensino Fundamental, 1º ao 9º ano, e 1.700 alunos da Educação Infantil, fases I e II. Para a Educação Infantil (Fases I e II), serão realizadas duas avaliações anuais.

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, serão aplicadas quatro avaliações ao ano, contemplando os componentes de Língua Portuguesa, Produção Textual e Matemática. Para os anos finais, também serão realizadas quatro avaliações anuais, abrangendo os componentes de Língua Portuguesa, Produção Textual, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Além disso, serão aplicadas duas avaliações de fluência leitora para os alunos do 3º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Elaboração de banco de itens para composição dos instrumentos de avaliação da rede municipal, sendo 10 itens por componente a cada edição, considerando a especificidade da rede, ou seja, considerar o direcionamento resultante do item acima e matrizes de referências alinhadas com a SME.

Elaboração dos cadernos de provas, incluindo revisão técnica, ortográfica, tratamento de imagens e diagramação.

Elaboração dos manuais de aplicação, incluindo critérios de correção para os itens discursivos e produção textual. A elaboração desse material englobará revisão técnica, ortográfica, tratamento

de imagens e diagramação.

Todos os instrumentos elaborados serão validados pela equipe da Secretaria da Educação, incluindo eventuais adequações necessárias nos itens e demais características das avaliações antes das entregas dos arquivos finais para impressão.

Impressão dos cadernos dos alunos e manuais dos aplicadores, em formato A4, impressão preto e branco. Este material será entregue na Secretaria da Educação, com 07 (sete) dias de antecedência, organizado e separado por escola, considerando as quantidades específicas de alunos e separação por turma para cada aplicação da avaliação, considerando uma reserva técnica total de 5%.

Impressão em braille dos instrumentos de avaliação, pois a Secretaria da Educação conta com 02 (dois) alunos cegos.

Impressão ampliada dos instrumentos de avaliação, pois a Secretaria da Educação conta com 10 (dez) alunos com baixa visão.

3.2 PROCESSAMENTO DOS RESULTADOS

Fornecimento de folhas de respostas para os alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, impressas e personalizadas com os dados dos alunos (nome completo, RA, escola, ano e turma), identidade visual da avaliação da rede e da Prefeitura do Município de Valinhos. O material será entregue nas escolas, considerando as quantidades específicas de alunos e a separação por turma de aplicação da avaliação, com uma reserva técnica total de 10%.

As folhas de respostas contarão com rastreabilidade por meio de código QR, permitindo maior confiabilidade das informações. Após a aplicação da avaliação, as folhas de respostas preenchidas deverão ser retiradas na Secretaria da Educação.

O processamento será automatizado, com rotinas de validação de dados.

Será feita a rastreabilidade e a entrega de um relatório identificando eventuais falhas no processamento das informações das folhas de respostas.

Os resultados consolidados serão disponibilizados na forma de relatórios pedagógicos em plataforma on-line, no prazo máximo de 5 dias úteis a partir da data de retirada das folhas de respostas na Secretaria da Educação.

3.3 CORREÇÃO DA FLUÊNCIA LEITORA

A correção da Fluência Leitora e inserção dos resultados na plataforma será de responsabilidade da LICITANTE vencedora. Os critérios de correção serão alinhados em reuniões prévias a cada edição para garantir padronização durante o processo de correção.

3.4 RELATÓRIOS PEDAGÓGICOS E GERENCIAIS

Os dados processados disponibilizarão informações pedagógicas a respeito do aprendizado dos alunos, possibilitando a análise das respostas e transformação dos dados observáveis; permitindo-se inferir hipótese ou conflitos cognitivos, subjacentes a cada resposta ou aos desempenhos alternativos, em relação ao esperado, bem como, possibilitar ao coletivo escolar realizar reflexões a respeito do processo de avaliação e dos resultados em função dos objetivos a serem alcançados. As informações serão processadas por aluno, por turma, por unidade e a totalização da SME, contendo os resultados das questões relativos ao desempenho dos alunos, quanto à aquisição das habilidades avaliadas, conforme os diretrizes da proposta pedagógica da rede.

Os relatórios conterão as informações pedagógicas, representadas por gráficos, tabelas ou

listagens. Estes documentos serão agregados em 3 conjuntos distintos, um direcionado a Secretaria da Educação e equipe técnica, contemplando o rendimento geral da rede e específico de cada instituição, o segundo kit com os relatórios para os gestores escolares, contendo todas as informações relativas a cada instituição e em profundidade de cada turma, e último conjunto de relatórios para todos os professores da rede, contemplando com profundidade todas as informações relativas as suas turmas e desempenho individual de seus alunos.

Os relatórios do diagnóstico sobre a Equidade Educacional deverão ser permanentemente atualizados, à medida que as ações serão colocadas em prática, para eventualmente ajustar o que for necessário, para alcançar os melhores resultados.

Os respectivos relatórios pedagógicos apresentarão informações, na forma de gráficos, tabelas ou listagens, com cores variadas e respectivas legendas.

3.5 RELATÓRIOS DIRECIONADOS PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Desempenho da rede em cada avaliação e nos componentes avaliados

Desempenho da rede e comparativo com desempenho das escolas em cada avaliação e nos componentes.

Comparativo do desempenho das escolas nas avaliações e nos componentes

Desempenho específico de cada turma da rede nas avaliações e componentes

Desempenho comparativos entre os anos na rede

Rendimento da rede por item

Desempenho individual do aluno nas avaliações e nos componentes

Desempenho individual do aluno inserido no Monitoramento da Equidade Educacional e sua evolução a cada período avaliado

Rendimento das escolas por item

Proporção de alunos por nível de desempenho

Participação dos alunos nas avaliações por escola e consolidado rede

Estratificação de opção de resposta marcada pelos alunos por escola

3.6 RELATÓRIOS DIRECIONADOS PARA OS GESTORES ESCOLARES

Desempenho de cada turma, comparativo com escola e rede

Desempenho dos alunos da escola nas avaliações e respectivos componentes

Desempenho dos alunos da escola nas avaliações e respectivos componentes, daqueles inseridos no Monitoramento da Equidade Educacional

Comparativo do desempenho das turmas nas avaliações e respectivos componentes avaliados

Desempenho específico de cada turma nas avaliações e respectivos componentes avaliados

Proporção de alunos por nível de desempenho

Desempenho dos alunos nas avaliações e respectivos componentes avaliados

Desempenho por aluno nas avaliações e respectivos componentes avaliados

Desempenho da escola por item avaliado

Desempenho das turmas por item avaliado

Opção de resposta marcada pelos alunos e desempenhos comparativos entre os anos na escola

3.7 RELATÓRIOS DIRECIONADOS PARA OS PROFESSORES

Desempenho da sua turma nas avaliações e componentes avaliados, referencial desempenho da escola e rede

Desempenho da sua turma em cada item das avaliações, referencial desempenho da escola e rede
Estratificação de opção de respostas dos alunos em cada item

Desempenho individual de cada aluno nas avaliações e disciplinas avaliadas, referencial
desempenho da turma, escola e rede Desempenho individual do aluno em cada item avaliado

Desenvolvimento das habilidades avaliadas pela turma

Desenvolvimento individual do aluno nas habilidades avaliadas

3.8 BOLETINS DE RESULTADOS INDIVIDUAIS DOS ALUNOS

Elaboração de boletins com informações referentes ao desenvolvimento individual de cada aluno. Este boletim terá como público os pais dos alunos, este material poderá ser impresso pelas escolas da rede.

3.9 PLATAFORMA ON-LINE DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES

Implantação e disponibilização de Plataforma de Gestão de Informações Educacionais, sistema via WEB, compatível com os navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox, em suas versões mais recentes, para a consulta de todos os relatórios resultantes do processo de avaliação da rede. Os relatórios e gráficos apresentados via Web fornecerão opção para impressão, e versão de arquivo salvo em formato PDF. O sistema terá solução de segurança com acesso via logins e senhas, com diferentes perfis de acesso, disponibilizados (via e-mail) à Secretaria da Educação, suas unidades e profissionais da Rede Municipal de ensino, conforme lista a ser fornecida pela secretaria, guardando o registro de logins e senhas de acesso durante a vigência do contrato.

Serão criados pelo menos 5 perfis distintos, sem limites na criação de novos usuários, e não excluindo a eventual criação de novos perfis especiais, sem custos adicionais:

- Usuário Secretaria (acesso a todas as informações de todas as Unidades);
- Usuário Supervisão (acesso a todas as informações de um grupo de Unidades);
- Usuário Diretor (acesso às informações somente de Unidade específica);
- Usuário Coordenador (acesso às informações somente de Unidade específica);
- Usuário Professor (acesso às informações somente de turma específica).
- Customização de Plataforma com as características específicas do sistema de avaliação da rede;
- Cadastramento de todos os alunos do ensino fundamental, 1º ao 9º ano, e educação infantil, fases I e II;
- Cadastramento de todos os professores da rede.
- Cadastramento de todos os gestores escolares da rede.
- Cadastramento dos profissionais da equipe técnica, professores e gestora da Secretaria da Educação.
- Cadastramento e qualificação das avaliações da rede, tanto os instrumentos elaborados pela empresa, como pela equipe técnica da Secretaria da Educação.

A Plataforma terá garantia de disponibilidade online superior a 99,9% do tempo. Em havendo necessidade de retirada do sistema do ar, para manutenção programada, a LICITANTE vencedora deverá comunicar por meio eletrônico, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, a fim de que este período de indisponibilidade (offline) não seja computado na garantia acima citada. Neste caso, o tempo de permanência offline máximo será de 24 (vinte e quatro) horas.

A Plataforma terá a funcionalidade de geração de todos os relatórios (ex: junção de todos os relatórios dos professores) do sistema em arquivo único, formato PDF, com opção de

personalização de escolha de relatórios e respectiva ordenação.

A plataforma possibilitará a equipe da SME o monitoramento on-line para acompanhamento em tempo real do acesso da plataforma pelos diferentes usuários, identificando o perfil de usuário, quantidade de acesso, registro de data e horário de acesso e etc.

A plataforma possibilitará a inserção de vídeos, imagens e textos para compartilhar com os usuários os comentários referentes a cada item das avaliações realizadas na rede.

A plataforma disponibilizará a funcionalidade de comunicação por mensagem interna e/ou direcionamento para e-mail institucional, possibilitando a Secretaria da Educação o contato direto com todos os usuários cadastrados.

A plataforma disponibilizará a funcionalidade de inserção de anotações individuais relacionando perfil de usuário e relatório comentado.

Manutenção do banco de dados com acesso online pelo período de 12 meses, a partir da liberação dos logins de acesso, que ocorrerá em até 5 dias a contar da data de recebimento da ordem de início dos serviços.

Disponibilização de suporte técnico, cinco dias por semana, de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 18h.

3.10 PLATAFORMA ON-LINE DE MONITORAMENTO DE EQUIDADE EDUCACIONAL

A concretização da Equidade na Educação pressupõe ações que busquem assegurar que todas(os) as(os) estudantes aprendam e se desenvolvam (Equidade na rede e na escola) e todas as escolas ofereçam ensino de qualidade (Equidade entre as escolas).

Neste sentido, as políticas públicas de educação devem garantir de forma equânime a qualidade dos insumos (infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, formação de educadores, dentre outras).

A eficácia dos processos (escolhas metodológicas, abordagens pedagógicas, clima escolar, gestão democrática, dentre outros) e o alcance dos resultados (verificação da aprendizagem e do desenvolvimento integral) são fundamentais para o atingimento do desempenho dos (as) alunos (as) e a performance da rede e escola pública.

Para tanto, as redes e as escolas precisam promover igualdade de oportunidades e acesso equânime a direitos universais e alienáveis, para permitir que cada indivíduo siga a própria trajetória e alcance o pleno desenvolvimento, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação profissional previstas na Constituição Federal.

Neste diapasão, todos os procedimentos tecnológicos e ferramentas a serem implementadas buscarão viabilizar o monitoramento, a avaliação, a produção de relatórios pedagógicos, estatísticos e a gestão, incluindo todas as especificações suficientes para monitorar a Equidade Educacional, com a mesma qualidade e extensão da Plataforma on-line para a gestão de informações.

3.11 APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO INTERNA DOS RESULTADOS DA REDE

Capacitação dos profissionais da rede para a utilização da Plataforma on-line de Gestão de Informações Educacionais, com foco na melhor utilização dos relatórios pedagógicos disponibilizados. Esta capacitação se dará no início do projeto, envolvendo todos os gestores das unidades escolares, professores e equipe pedagógica da Secretaria. A qualquer momento do projeto a Secretaria da Educação também poderá solicitar novas reuniões e/ou workshops alinhados com o objetivo do projeto.

3.12 FORMAÇÃO: PROFESSORES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E DIRETORES

Com o objetivo de potencializar o uso dos dados resultantes de cada edição de avaliação, será estruturada uma formação específica para os profissionais da rede no seguinte formato:

Público-alvo: professores, coordenadores pedagógicos e diretores

Formato e carga horária: serão 20 (vinte) horas de formação no total, sendo 5 (cinco) encontros com carga horária de 4 (quatro) horas cada, sendo uma após cada edição de aplicação da avaliação na rede e uma específica para monitoramento da equidade educacional. A formação será desenvolvida no formato presencial.

Temas a serem desenvolvidos: as formações abordarão os conceitos de avaliação das aprendizagens, os conceitos de Equidade Educacional e a análise dos resultados das habilidades avaliadas, orientando os educadores no entendimento da progressão das aprendizagens, bem como na construção de possíveis planos de correção de rota; e ainda a leitura e interpretação dos resultados das avaliações e como replanejar as aulas a partir dos resultados dos estudantes após a aplicação das avaliações.

Atividades a serem desenvolvidas:

- Estudo dos resultados de cada rodada de avaliação realizada na rede;
- planejamento da pauta formativa para os encontros, a partir dos resultados mapeados;
- preparação da equipe para o desenvolvimento da pauta;
- realização da formação com os diferentes públicos.

3.13 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Deverá ser assegurado durante a vigência do contrato a assistência técnica podendo ser preferencialmente presencial ou podendo ser virtual por meio de acessos remotos ao qual irá dirimir quaisquer dúvidas quanto a execução e operacionalização dos sistemas.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto do contrato, utilizando-se de profissionais efetivamente capacitados, que detém a capacidade e atenda aos requisitos estabelecidos em conformidade com o objeto, a saber:

- a) prestar esclarecimento a PREFEITURA sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- b) acatar as orientações do fiscal do contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA.
- c) zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- d) dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto, cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- e) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da PREFEITURA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar os empregados nesse sentido.
- f) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais

resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

h) realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste edital.

i) a LICITANTE vencedora tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto neste edital.

j) a LICITANTE vencedora é responsável pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

l) será de responsabilidade da LICITANTE vencedora todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

Valinhos, 11 de novembro de 2025.

GIZELE REGINA DA SILVA BEVILACQUA

Diretora do Departamento Pedagógico

LUCIANA MARIA SCHIAVINATO VON ZUBEN

Diretora do Departamento de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Pedagógico

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 9427/2025

CONCORRÊNCIA Nº: 08/2025

INTERESSADO: Secretaria da Educação

Empresa:	
Endereço:	
CNPJ:	IE:
Telefone:	E-mail:

Item	Descrição	Qtd.	Valor mensal	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico e implantação de soluções integradas para o aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino de Valinhos-SP	12 meses	R\$	R\$

O prazo de validade da proposta deverá ser de 04 (quatro) meses, contados da data da proposta ofertado pela licitante.

OBS: Os preços devem ser apresentados com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais e com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

Informar: Banco nº, Nº Agência, Nome da Agência, Nº Conta corrente e DV

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

() Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

IMPORTANTE:

1. Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
2. A assinatura do fornecedor implica na sua total aceitação das regras deste processo licitatório.



Pela **LICITANTE:**

Nome por extenso do Representante Legal da **LICITANTE:** _____

Número do RG do(a) Representante Legal da **LICITANTE:** _____

Número do CPF/ME do(a) Representante Legal da **LICITANTE:** _____

Valinhos/SP, XX de XXXXX de 2025.

Nome e assinatura do representante legal da licitante
CPF/Cargo

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 9427/2025

CONCORRÊNCIA Nº: 08/2025

INTERESSADO: Secretaria da Educação

Pelo presente **TERMO DE CONTRATO**, que entre si celebram, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.787.678/0001-02, com sede na Rua Antônio Carlos, nº 301, Centro, na cidade de Valinhos/SP, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, **FRANKLIN DUARTE DE LIMA**, devidamente assistido pelo Secretário de Licitações, **RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA**, pelo Secretário da Educação, **ANDRÉ LEAL AMARAL**, pelo XXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, e do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX-XXX, na cidade de XXXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato, representada pelo(a) XXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº XX.XXX.XXX-X XXX/XX e inscrito(a) no CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado(a) na cidade de XXXXXXXXXXXX – XX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si certo e avençado, em conformidade com os elementos e despachos constantes do processo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições que mutuamente aceitam e se outorgam, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico e implantação de soluções integradas para o aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino de Valinhos-SP, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Anexo I do edital em epígrafe e nas condições estabelecidas neste instrumento

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses.

2.1.1. É cabível prorrogação, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, na Lei Complementar nº 123/2006, e respectivas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no **Anexo I** do edital do Pregão em epígrafe, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

5.1. Pelo objeto deste contrato, fará jus a CONTRATADA ao recebimento dos preços abaixo discriminados:

Descrição	Quant.	Valor mensal (R\$)	Valor Total (R\$)

5.2. As partes atribuem a este contrato, para efeito de direito, o valor global de R\$ _____(_____).

5.3. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade/fornecimento e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Mediante execução do objeto, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal no último dia de cada mês, constando a quantidade, preço unitário, preço total, nº do empenho, nº da ordem de fornecimento, nº do processo, nº do pregão e dados bancários do fornecedor ao servidor responsável por receber o objeto para regular conferência e atesto, para aprová-la ou rejeitá-la.

6.1.1. Para fins de pagamento, o envio da Nota Fiscal também deverá ser efetuado através do link: <https://valinhos.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=14727> e redirecionado para a Secretaria da Educação.

6.2. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação.

6.2.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa será liberada no prazo previsto para pagamento.

6.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento/serviço.

6.4. A PREFEITURA efetuará o pagamento à CONTRATADA no 5º dia útil do mês subsequente após o atesto de aceite pelo fiscal do contrato.

6.5. Em ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, aplicar-se a o índice do IPCA/IBGE, "pro rata die", a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

6.5.1. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à CONTRATADA, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO SERVIÇO/OBJETO

7.1. Na prestação do serviço deste contrato serão observadas as condições previstas no edital e em seus anexos, e no que couber, as disposições contidas no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas a serem realizadas com a execução do objeto derivado desta licitação serão suportadas pela dotação orçamentária classificada sob nº 3.3.90.39.00 – Outros servs. terc. -

Pessoa Jurídica/12.361.0304.2.247 – Atendimento ao ensino fundamental; 3.3.90.39.00 – Outros servs. terc. - Pessoa Jurídica/12.366.0304.2.249 – Atendimento à educação de jovens e adultos – EJA.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

9.1. A **CONTRATADA** oferece garantia para assegurar a plena execução contratual na modalidade _____, no percentual de 3% do valor da contratação.

9.1.1. Será exigida garantia adicional da **CONTRATADA** cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis.

9.2. Sempre que ocorrer qualquer alteração no valor do contrato, para mais ou para menos, o valor nominal da garantia deverá ser atualizado, mantendo-se a proporção inicialmente definida, devendo o Gestor do Contrato notificar a **CONTRATADA** para:

9.2.1. havendo aumento do valor do ajuste em razão de acréscimos ou reajuste, repactuação ou revisão de preços, complementar a garantia prestada originalmente para manter a proporção do percentual fixado;

9.2.2. havendo a prorrogação de prazo, viabilizar a renovação da garantia quando for o caso;

9.2.3. havendo redução do valor do ajuste em razão de supressões, assegurar-lhe a liberação do montante correspondente à diferença de valor entre o inicialmente assegurado e o que passou a ser efetivamente devido;

9.2.4. havendo redução do valor da garantia, em consequência de sua execução, efetuar sua reposição para atingir o montante contratualmente estabelecido, sob pena de extinção do contrato existente.

9.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

9.4. Para a modalidade seguro-garantia serão observadas as seguintes regras:

9.4.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

9.4.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a **CONTRATADA** não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

9.4.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, salvo no caso do subitem 11.4 deste contrato.

9.4.4. A seguradora, em caso de inadimplemento pela **CONTRATADA**, poderá assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

9.4.4.1. a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;

b) acompanhar a execução do contrato principal;

c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;

d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra/serviços ou pelo fornecimento.

9.4.4.2. a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

9.4.4.3. a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

9.4.5. Na hipótese de inadimplemento da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes disposições:

9.4.5.1. caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

9.4.5.2. caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

9.5. Para a modalidade fiança bancária, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do contrato.

9.6. A extinção do contrato determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, dentre outras consequências e sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

9.6.1. a execução da garantia contratual para:

9.6.1.1. ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

9.6.1.2. pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias; e

9.6.1.3. pagamento das multas devidas à Administração.

9.6.2. a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

9.7. Os emitentes das garantias contratuais deverão ser notificados pela **PREFEITURA** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.8. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **PREFEITURA** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

9.9. A garantia de execução é independente de eventual garantia dos serviços prevista no Termo de Referência.

9.10. Quando a extinção do contrato decorrer de culpa exclusiva da Administração, a **CONTRATADA** terá direito, dentre outros, à devolução da garantia.

9.11. A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, devendo o Gestor de Contratos instruir o processo com o Termo de Recebimento Definitivo e enviar ao Jurídico do Município para parecer, antes da remessa à Secretaria da Fazenda para a baixa e atualização contábil do controle das garantias e posterior devolução.

9.11.1. Quando em dinheiro, será liberada a garantia atualizada monetariamente por meio do IPCA/IBGE.

9.12. No caso de garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, o interessado terá o prazo de 06 (seis) meses, a contar do término do contrato para requerer sua devolução, sob pena de inutilização da carta de fiança e da apólice do seguro pela Secretaria da Fazenda, que realizará a baixa dos registros contábeis do Município, após manifestação da Secretaria da unidade gestora sobre o recebimento definitivo do objeto contratual e parecer do Jurídico do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO E SUBSTITUIÇÃO

10.1. A garantia do objeto e as condições de substituição, quando necessárias, estão dispostas no Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:



- 11.1.1.** arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 11.1.2.** manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 11.1.3.** cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 11.1.4.** manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.5.** não permitir a participação na execução de contrato, direta ou indiretamente, de pessoa física ou jurídica, que figure em qualquer das hipóteses previstas no subitem 5.2 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA

12.1. A PREFEITURA obriga-se a:

- 12.1.1.** fornecer à CONTRATADA a Ordem de serviço, que será emitida pelo órgão gestor que figura como interessado no preâmbulo do contrato;
- 12.1.2.** prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do fornecimento/serviço;
- 12.1.3.** explicitamente emitir decisão, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 12.1.4.** efetuar os pagamentos devidos;
- 12.1.5.** observar as vedações à Administração ou a seus agentes, no sentido de:
 - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa CONTRATADA;
 - demandar a funcionário de empresa CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES RELACIONADA À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

DO TRATAMENTOS DOS DADOS

- 13.1.** Estabelecer regra de proteção de dados pessoais no contrato/convênio/termo de colaboração/termo de compromisso/termo de permissão de uso/termo de cessão de servidor/termo de autorização de uso/acordos de cooperação técnica/termos de permuta/termo de aditamento e outros instrumentos similares, ficando a CONTRATADA, obrigada a cumprir as disposições descritas.
- 13.2.** Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a PREFEITURA, para a execução do serviço objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.
 - 13.2.1.** O Município de Valinhos e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

13.2.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

13.2.1.2. O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da ANPD;

13.2.1.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Valinhos responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão;

13.2.1.3.1. Eventualmente, podem as partes convencionar que o Município de Valinhos será responsável por obter o consentimento dos titulares;

13.2.1.3.2. Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

13.2.1.3.2.1. Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada.

13.2.1.3.2.2. Zelar pelo cumprimento das medidas de segurança.

13.2.1.3.2.3. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

13.2.1.3.2.4. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo;

13.2.1.3.2.5. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13.2.1.3.2.6. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com a Gestora de Dados Município de Valinhos, e fica obrigado a notificar a PREFEITURA no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

13.2.1.3.2.7. A critério da Gestora de Dados do Município de Valinhos, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

13.2.1.3.2.8. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Município de Valinhos, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

13.2.2. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas Partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

13.2.3. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

13.2.4. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à PREFEITURA e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. Serão aplicadas à **CONTRATADA** responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

14.1.1. advertência, aplicável à **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.1.2. multa de mora de:

14.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no recebimento da Ordem de Início dos Serviços, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, ocasião em que poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato cumulada com outras sanções;

14.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado em iniciar as obras, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, ocasião em que poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato cumulada com outras sanções;

14.1.2.3. 5,0% (cinco por cento) do valor total da nota fiscal, sempre que for observado atraso injustificado no desenvolvimento das obras/serviços em relação ao cronograma físico, ou for constatado descumprimento de quaisquer outras obrigações assumidas pela Contratada, podendo resultar, em caso de reincidência, na não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa

hipótese, inexecução total da obrigação assumida, ocasião em que poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato cumulada com outras sanções.

14.1.3. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

14.1.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.3.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.3.5. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

14.1.3.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.3.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a contratos:

a- fraudar contrato;

b- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

d- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.1.4. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Valinhos, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

14.1.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.4.2. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

14.1.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

14.1.5.2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.5.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a contratos:

a) fraudar contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou



d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.1.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.1.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.1.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.1.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.1.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4. É admitida a reabilitação da **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.4.2. pagamento da multa;

14.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem 16.4.

14.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, adicionalmente ao subitem 16.4, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

14.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

14.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

14.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.10.1. O recurso de que trata o subitem 14.10 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. A PREFEITURA, por meio do órgão gestor que figura como interessado no preâmbulo do edital, efetuará a fiscalização e gestão do fornecimento a qualquer instante, solicitando à CONTRATADA, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar a PREFEITURA quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final de sua execução.

15.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

15.3. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela PREFEITURA.

15.4. Demais condições de fiscalização e de gestão do contrato constam do Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS DE EXTINÇÃO

16.1. Constituem motivos para a extinção do contrato as situações referidas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3. A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, consensual, ou por decisão arbitral ou judicial, de acordo com o art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.4. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração, poderá acarretar a PREFEITURA, sem prejuízo das sanções cabíveis, as consequências elencadas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a PREFEITURA divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto Federal nº 7.724/2012.

17.2. A PREFEITURA deve manter disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os documentos elaborados na fase preparatória da licitação que deu origem a este contrato, que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

18.1. A CONTRATADA deve manter a regularidade dos encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos empregados envolvidos na execução da avença, devendo manter atualizadas, durante toda a vigência contratual, as Certidões de Regularidade para com o INSS (CND), o FGTS (CRF) e a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

18.2. A constatação de irregularidade parcial ou total acerca do cumprimento desses encargos caracteriza inadimplemento contratual, dispondo a PREFEITURA da prerrogativa de reter o pagamento dos valores devidos, até a regularização da situação.

18.3. O inadimplemento da CONTRATADA relativo a débitos trabalhistas e previdenciários constitui motivo para a extinção unilateral do contrato e aplicação das sanções administrativas devidas, considerando a gravidade das infrações cometidas (art. 137 c/c art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos).

18.4. Na hipótese de extinção contratual, caberá a PREFEITURA reter o pagamento das parcelas contratuais eventualmente devidas e da garantia contratual, podendo, com essa retenção, proceder ao abatimento de eventual multa e ao depósito em juízo. Não serão aceitos instrumentos de garantia que contenham cláusulas excepcionando sua aplicação nessas situações.

18.5. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

19.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO COMPETENTE

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Valinhos/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Valinhos, ____ de _____ de 2025.

FRANKLIN DUARTE DE LIMA

Prefeito Municipal

RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA

Secretário de Licitações

ANDRÉ LEAL AMARAL

Secretário de Educação

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 9427/2025

CONCORRÊNCIA Nº: 08/2025

INTERESSADO: Secretaria da Educação

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de diagnóstico e implantação de soluções integradas para o aperfeiçoamento da Rede Municipal de Ensino de Valinhos-SP

CONTRATANTE: Município de Valinhos

CONTRATADA:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o art. 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela **CONTRATANTE** estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no art. 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



**AUTORIDADE MÁXIMA RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: **FRANKLIN DUARTE DE LIMA**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE
Pelo CONTRATANTE:**

Nome: **FRANKLIN DUARTE DE LIMA**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

Assinatura: _____

Nome: **RICARDO JOSÉ PIRES CORRÊA**

Cargo: Secretário de Licitações

CPF:

Assinatura: _____

Nome: **ANDRÉ LEAL AMARAL**

Cargo: Secretário da Educação

CPF:

Assinatura: _____

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXX

Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



Nota: *Redação deste Anexo dada pela Resolução nº 11/2021. O Núcleo de Formalização de Ajustes da PGM deve formalizar o Termo de Ciência e de Notificação de acordo com a norma do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vigente no momento da celebração do ajuste, independentemente do Modelo contido neste Anexo.*